



TERMO DE REFERÊNCIA

Este termo de referência é pertinente à contratação de empresa especializada em serviços de engenharia, visando o objeto descrito no item seguinte.

1. DO OBJETO

- 1.1. Execução de REFORMA DA EEEFM IRMÃ TEREZA ALTOÉ, com fornecimento de mão-de-obra e materiais.
- 1.2. Serão executadas:
 - I. Reconstrução e complementação de muro; e
 - II. Execução de calçada cidadã em todo perímetro da unidade.

2. DO OBJETIVO

- 2.1. Proporcionar mais segurança aos usuários da unidade; e
- 2.2. Oferecer melhores condições de uso aos usuários da unidade.

3. DA JUSTIFICATIVA

- 3.1. Esta contratação justifica-se em função da necessidade de fornecer melhores condições de uso e segurança do ambiente escolar por sua comunidade. Tendo em vista que há que parte do muro de divisa da escola foi totalmente demolido pela Prefeitura do Município para construção de uma praça e após nenhum cercamento ou construção de novo muro foi executado no local, sendo assim a unidade está exposta a entrada de pessoas a qualquer momento. O restante do muro encontra-se em péssimo estado de conservação, apresentando ferragem exposta, buracos em alguns pontos e ainda tem altura inferior ao recomendado, 2,50 m. A unidade não possui calçamento externo.

4. DO REGIME E DO TIPO DE CONTRATAÇÃO

- 4.1. Fica estabelecida a forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço unitário, nos termos do artigo 10, inciso II, alínea b, da Lei 8.666/93.
- 4.2. O julgamento da licitação será feito pelo critério de menor preço global.

5. DO VALOR

- 5.1. O valor estimado para a execução do objeto é de R\$ 427.035,11 (quatrocentos e vinte e sete mil trinta e cinco reais e onze centavos), conforme orçamento nº 861101 com data base de março de 2019.



6. DA LEGISLAÇÃO, DAS NORMAS E DOS REGULAMENTOS

- 6.1. Este documento foi elaborado com base nas seguintes legislações, que devem ser respeitadas para a execução do objeto a ele relacionado:
- I. Lei nº 8.666/93 de 21 de junho 1993;
 - II. Decreto estadual Nº 2971-R, de 08 de março de 2012;
 - III. Normas técnicas da ABNT ou, na falta dessas, dos organismos internacionais;

7. DOS PRAZOS

- 7.1. O prazo de execução dos serviços a serem contratados é de 150 (cento e cinquenta dias) dias corridos, contados da assinatura da ordem de serviços e de acordo com o cronograma físico-financeiro anexo ao processo.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 8.1. É de fundamental importância o acompanhamento dos serviços a serem contratados. Dessa forma, deverá ser indicado o seguinte profissional como responsável técnico:
- I. Engenheiro Civil ou Arquiteto;
 - II. Técnico em Segurança do Trabalho ou Engenheiro de Segurança do Trabalho.
- 8.2. Os profissionais devem possuir graduação plena, sendo possível sua substituição nas condições abaixo discriminadas:
- I. A indicação de Engenheiro Civil ou Arquiteto poderá ser substituída por Engenheiro Eletricista com as atribuições descritas no artigo 33 do Decreto nº 23.569/33 (Engenheiro Politécnico) ou por profissional de nível superior devidamente registrado no CREA/CAU com atribuição para execução dos serviços constantes nas planilhas, desde que os mesmos detenham o Acervo Técnico correspondente.

9. DA CAPACIDADE TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS

- 9.1. Os responsáveis técnicos pela execução dos serviços deverão dispor de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, chancelado(s) pelo CREA/CAU, acompanhado(s) da(s) correspondente(s) certidão(ões) de acervo técnico (CAT) que comprove(m) a execução dos serviços de maior relevância e valor significativo, conforme discriminado abaixo:

- I. Engenheiro Civil ou Arquiteto:

Item	Descrição do Serviço
a	- Execução de concreto



b	- Execução de dobragem e colocação em fôrma, de armadura CA-50
c	- Execução de fôrma de tábua de madeira

Observações:

- I. O(s) atestado(s) deverá(ão) explicitar, claramente, todos os serviços executados. A comissão solicita que a licitante destaque no atestado, através de grifo ou cor, o atendimento às exigências;
- II. No caso de dois ou mais licitantes indicarem um mesmo profissional como responsável técnico todas serão inabilitadas;
- III. Não serão aceitos atestados e/ou certidões de acervos parciais, referentes à obras e/ou serviços em andamento. Também não serão aceitos atestado(s) ou
- IV. CATs de projeto, fiscalização, supervisão, gerenciamento, controle tecnológico ou assessoria técnica de obras;
- V. Não é necessária a apresentação de atestado de capacidade técnica para o Técnico em Segurança do Trabalho ou Engenheiro de Segurança do Trabalho, sendo necessária apenas a indicação do profissional como solicitado no item 8.1.

10. DA CAPACIDADE TÉCNICA DA EMPRESA

- 10.1. A licitante deverá apresentar registro ou Inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU da região da sede da empresa (art. 30, I, da Lei Federal nº 8.666/93).
- 10.2. Deverá ser apresentada a comprovação de que o licitante executou/prestou, sem restrição, serviço/obra de características semelhantes ao objeto deste termo de referencia, considerando-se as parcelas de maior relevância e quantitativos mínimos a seguir definidos.
- 10.3. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 1 (um) Atestado ou Certidão de Acervo Técnico, certificado pelo CREA, devidamente assinado e carimbado pelo órgão ou entidade pública ou privada declarante. As características semelhantes para comprovação da capacidade técnico-operacional do licitante, na forma do art. 30, II c/c § 2º, da Lei Federal n. 8.666/93, são, cumulativamente:

Item	Descrição do Serviço	Quantitativo Mínimo
a	- Execução de concreto	45,00 m³
b	- Execução de dobragem e colocação em fôrma, de armadura CA-50	1.570,00 kg



c	- Execução de fôrma de tábua de madeira	195,00 m²
---	---	-----------

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 11.1. Será admitida a subcontratação dos serviços, se previamente aprovada pela FISCALIZAÇÃO, desde que não constituem o escopo principal do objeto, restrita, contudo, ao percentual máximo de 30% (trinta por cento) do orçamento, devendo a empresa indicada pela licitante contratada, antes do início da realização dos serviços, apresentar documentação que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária.
- 11.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 12.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela etapa efetivamente executada no mês de referência no 15º (quinto) dia útil após a conclusão da parcela convencionada, em conformidade com o cronograma de execução físico-financeiro, após aceitação pelo gestor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.
- 12.2. A fatura será paga no 20º (vigésimo) dia útil da sua apresentação, vedada à antecipação.

13. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

- 13.1. Das obrigações da contratante
- I. Prestar à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços.
 - II. Elaborar as planilhas de apontamento de serviços, para fins de processamento dos serviços executados, bem como efetuar os pagamentos devidos, nos prazos determinados.
 - III. Liberar os locais para execução dos serviços.
 - IV. Acompanhar a execução do contrato de acordo com as normas da portaria SEGER/PGE/SECONT Nº 49-R/2010.
 - V. Indicar o responsável pela fiscalização e acompanhamento dos serviços.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estadual da Educação – SEDU

Subsecretaria de Suporte a Educação – SESE/GERFE

- VI. Efetuar o pagamento do preço previsto nas condições definidas neste projeto básico.

13.2. Das Obrigações da Contratada

- I. Fornecer, no prazo de 10 (dez) dias da data de assinatura da carta contrato, uma via quitada à SEDU, do documento de “Anotação de Responsabilidade Técnica” - ART, formalizado pelo CREA/ES.
- II. Fornecer, no local de sua aplicação ou utilização, toda mão-de-obra, materiais e equipamentos, compatíveis com o objeto do contrato, requisitados pela fiscalização.
- III. Apresentar um plano de ataque de obra que viabilize o planejamento da execução dos serviços conforme cronograma pré-determinado neste certame licitatório.
- IV. Manter, na direção da execução do(s) serviço(s), profissional (ais) legalmente habilitado(s) pelo CREA, que será(ão) seu(s) preposto(s).
- V. Substituir, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, o pessoal cuja presença nos locais dos serviços for julgada inconveniente pela SEDU, incluindo-se o(s) responsável(eis) pelo(s) serviço(s).
- VI. Conduzir os serviços em estrita observância com as normas da legislação federal, estadual e municipal, as normas e catálogos técnicos publicados pelo IOPES (Normas de Apresentação de Projetos – Arquitetura/Estrutura/Hidráulica/Elétrica, Catálogos de Ambiente, Catálogo de Componentes e Catálogo de Serviços), bem como cumprir as determinações dos poderes públicos, mantendo os locais dos serviços sempre limpos e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina nos termos da norma regulamentadora nº 18 (Ministério do Trabalho), além de executar os serviços de acordo com as melhores técnicas disponíveis, com a regulamentação brasileira, com as normas técnicas da ABNT, assumindo inteira responsabilidade pela sua execução.
- VII. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram a carta contrato, no prazo determinado.
- VIII. Manter nos locais dos serviços os livros de ocorrências/diário de obra, para uso exclusivo da SEDU e jogos completos de todos os documentos técnicos.
- IX. Refazer, às suas expensas, os serviços executados em desacordo com o estabelecido neste contrato e os que apresentarem defeitos de material, desconformidades ao especificado, execução em desacordo com a boa técnica ou vício de construção, de acordo com a legislação aplicável.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estadual da Educação – SEDU

Subsecretaria de Suporte a Educação – SESE/GERFE

- X. Responder, civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa no cumprimento do contrato, venham direta ou indiretamente provocar ou causar, por si ou por seus empregados, à SEDU ou terceiros.
- XI. Comunicar à GERFE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique nos locais dos serviços.
- XII. Cumprir todas as solicitações e exigências feitas pela SEDU nos livros de ocorrências/diário de obra.
- XIII. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitados pela SEDU, ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos locais da(s) obra(s), bem como aos documentos relativos aos serviços executados ou em execução.
- XIV. Paralisar, por determinação da SEDU, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens, mesmo de terceiros.
- XV. Arcar com todos os custos das demolições, reparações e reconstruções que seja obrigada a fazer em consequência da negligência no cumprimento de suas obrigações contratuais ou legais.
- XVI. Arcar com todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil, decorrentes da execução dos serviços objeto deste contrato.
- XVII. Tomar providências junto às concessionárias de energia elétrica e saneamento, para ligações provisórias desses suprimentos.
- XVIII. Adotar todas as precauções para evitar agressões ao meio ambiente, mantendo o local de trabalho adequado às exigências de limpeza, higiene e segurança.
- XIX. Prover todos os funcionários envolvidos com o(s) serviços(s), dos equipamentos de segurança, EPI's, definidos pela legislação trabalhista e na norma regulamentadora nº 6 (Ministério do Trabalho).
- XX. Preservar da flora e da fauna existente, de acordo com a legislação e normas vigentes.
- XXI. Manter, durante toda a validade da carta contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- XXII. Manter o local da obra e/ou dos serviços isolado, não permitindo o acesso de pessoas estranhas ao mesmo, sem a prévia e expressa autorização da SEDU. A não observância desta norma acarretará a responsabilidade civil e criminal, perdas, danos e prejuízos decorrentes.



- XXIII. Submeter-se às normas da portaria SEGER/PGE/SECONT Nº 49-R/2010, de 24/08/2010, publicada em 25/08/2010, durante a execução do contrato.

14. DOS ELEMENTOS TÉCNICOS DA LICITAÇÃO

- 14.1. Este termo de referência é composto pelos elementos técnicos necessários a execução do objeto a ser contratado, estando relacionados neste processo.
- 14.2. Se no decorrer do procedimento licitatório houver necessidade de mais ou melhores detalhamentos dos elementos técnicos acima referidos; ou houver a constatação de inconsistências nos projetos de mesmas disciplinas; ou houver a constatação de incompatibilidades entre os projetos de mesmas ou distintas disciplinas, o interessado deverá solicitar esclarecimentos à Comissão Permanente de Licitação, nos termos regrados pelo edital.

15. DO GERENCIAMENTO

- 15.1. A Gerência de Rede Física Escolar, GERFE – SEDU designará responsável pelo gerenciamento da execução do presente instrumento, registrando em relatório todas as ocorrências e deficiências eventualmente verificadas, emitindo, caso constate alguma irregularidade, notificação a ser encaminhada à CONTRATADA para correções.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. O edital de licitação deverá seguir a minuta padrão da PGE vigente a época da fase interna da licitação.
- 16.2. As demais disposições constam na minuta padrão da PGE, conforme descrito no item 15.1.

Vitória (ES), 24 de junho de 2019.

.....
THIAGO SCARDINI MARQUES

Secretaria de Estado da Educação - SEDU
Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

Encaminhado por:

.....
MARCELO AMORIM GONÇALVES

Secretaria de Estado da Educação - SEDU
Gerente de Rede Física Escolar